

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.656 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2003

“Estamos no caminho certo”, afirma Palocci aos senadores

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, disse ontem na Comissão de Assuntos Econômicos que o Brasil “está hoje mais preparado” para enfrentar os efeitos de uma possível guerra envolvendo os Estados Unidos e o Iraque. Também na CAE, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, explicou a necessidade de corte de R\$ 14 bilhões no Orçamento. Em outra reunião, a CAE aprovou os indicados para ocupar três diretorias do Banco Central.

PÁGINAS 4 E 5



Mantega (E) e Palocci
falam na CAE, presidida
por Tebet. Mercadante (D)
participou da reunião

Fotos: Márcia Kallume

**Proposta de abrir
escola em fim de
semana gera debate**

PÁGINA 7

**Plano contra trabalho
escravo tem apoio de
Ana Júlia e Suplicy**

PÁGINA 6

**Conselho decide amanhã
sobre sindicância,
anuncia Juvêncio**

PÁGINA 2



Bustani (na mesa, à
esquerda) é sabatinado na
CRE, que aprovou também
nome indicado para a
embaixada no México

**Comissão aprova
Bustani para o
Reino Unido**

Aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores para o cargo de embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, José Maurício Bustani prometeu trabalhar no sentido de tornar o Brasil uma voz mais atuante no cenário internacional. Pressões dos EUA provocaram a saída de Bustani da presidência da Organização Internacional para a Proibição de Armas Químicas, no ano passado.

PÁGINA 3

Congresso realiza sessão solene para homenagear mulher

A sessão solene do Congresso Nacional que lembrará o Dia Internacional da Mulher — comemorado no sábado, 8 de março — será realizada no Plenário do Senado hoje, às 11h. É esperada a presença de toda a bancada feminina, composta atualmente por dez senadoras e 44 deputadas.

O Dia Internacional da Mulher é comemorado pela Organização das Nações Unidas desde 1975, sempre em 8 de março. De acordo com a pesquisadora canadense Renée Cote, em 1914 o Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela primeira vez em 8 de março, na Alemanha. Normalmente relacionada a um massacre de trabalhadoras que teria acontecido numa fábrica têxtil em Nova York, nos EUA, em 1857, a data da homenagem tem origem controversa. De toda forma, remonta à luta das mulheres contra más condições de trabalho e pelo direito de voto. A ideia de se comemorar o Dia Internacional da Mulher é do início do século 20.

Senado inicia trabalhos do prêmio Mulher-Cidadã

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz deste ano será instalado hoje, às 17h30, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente do órgão. O conselho é instalado todos os anos para escolher cinco mulheres entre as indicadas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, prêmio anual criado por proposição da ex-senadora Emilia Fernandes para agradecer mulheres que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero.

Qualquer entidade ligada à promoção e à valorização da mulher, governamental ou não, pode apresentar candidatas ao prêmio. Neste ano, são 31 indicadas, entre elas Emilia Fernandes.

Integram o conselho as senadoras Iris de Araújo (PMDB-GO), Roseana Sarney (PFL-MA), Serys Shlessarenko (PT-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) e os senadores Augusto Botelho (PDT-PR), Papaléo Paes (PTB-AP), Geraldo Mesquita (PSB-AC) e Magno Malta (PL-ES).

Juvêncio: conselho decide amanhã sobre sindicância

Senador prevê que, se o colegiado for favorável à investigação em torno do caso dos grampos telefônicos, jornalistas serão os primeiros ouvidos

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), disse ontem que a abertura de sindicância para investigar a suposta participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) em escutas telefônicas ilegais na Bahia deve ser decidida na próxima reunião do colegiado, marcada para amanhã. A sindicância é uma fase de investigação sumária, anterior à eventual abertura de processo por quebra de decoro.

— Pessoalmente, sempre achei que, em questões que envolvem possível perda de mandato, deve haver abertura de processo. Mas a decisão que o conselho tomar será cumprida — disse o senador.

Juvêncio admitiu que o primeiro passo, na etapa da sindicância, deve ser ouvir os jornalistas da revista *IstoÉ* Weiller Diniz e Luiz Cláudio Cunha, que teriam provas do envolvimento do senador baiano nas escutas telefônicas.

— Se a decisão do conselho for a de iniciar as investigações, devemos começar pelo que está no pedido de sindicância do próprio PT, ou seja, ouvir os jornalistas — explicou. Só depois disso, explicou Juvên-



Conforme Juvêncio da Fonseca, "a decisão que o Conselho de Ética tomar será cumprida"



Tião Viana pretende obter apoio de outros partidos ao requerimento do PT

cio, deverá ser ouvido o senador Antonio Carlos. "A oitiva do acusado tem que acontecer depois da produção das provas", observou.

Ao chegar ao Senado, ontem, Antonio Carlos Magalhães afirmou que somente comentaria o assunto "no momento adequado".

PT QUER APOIO

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), informou, após reunião com integrantes da bancada, que irá conversar com as demais lideranças para pedir apoio ao requerimento do partido que solicita ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigação sobre a possível participação do senador Antonio Carlos Maga-

lhães em escutas telefônicas ilegais.

— A bancada petista irá utilizar toda a pressão possível para conseguir a aprovação do pedido de investigação. Vamos pedir a assinatura de apoio dos demais partidos, pois entendemos que essa é uma responsabilidade que deve ser assumida conjuntamente pelas lideranças. Mas, se isso não acontecer, o PT irá apresentar sozinho o requerimento — afirmou Tião Viana.

Para o líder, a decisão da bancada de defender a aprovação do pedido ainda nesta semana será uma boa oportunidade de o senador Juvêncio da Fonseca reavaliar sua decisão de não abrir sindicância.

Sem acordo, pauta continua trancada

O acordo de lideranças para a votação do projeto de conversão que trata da renegociação da dívida agrária ainda não aconteceu. O comunicado foi feito pelo presidente do Senado, José Sarney, na abertura da ordem do dia de ontem. Como a proposição trancou a pauta do Senado, impedindo outras votações, nada foi apreciado pelo Plenário na sessão deliberativa ordinária.

O projeto de lei de conversão é relatado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele autoriza a concessão de crédito, com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para aquisição de títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operações relacionadas com dívidas no setor agrícola.

O projeto de lei de conversão é

resultante das alterações, feitas pelos deputados, na Medida Provisória nº 77, baixada pelo governo anterior. Ele estabelece os termos da renegociação das dívidas de pequenos produtores rurais, no limite de R\$ 35 mil, junto ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Proceara), ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a bancos oficiais.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2003

Presidente José Sarney

11h — Preside sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado Federal*
11h30 — Participa da abertura da exposição sobre o Interlegis. *Chapelaria*
11h45 — Recebe o senador Papaléo Paes
12h — Recebe o embaixador Sérgio Duarte
12h30 — Recebe o coronel Weber Kümmel
16h — Recebe mais de 2000 prefeitos de todo o país em uma cerimônia relativa à 6ª Marcha de Prefeitos à Brasília. *Salão Negro do Congresso Nacional*

PLENÁRIO

11h — Sessão Solene Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: comemoração do Dia Internacional da Mulher. *Plenário do Senado*

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: entre outras matérias, MP nº 77/02, autoriza a concessão de crédito, com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para aquisição dos títulos do Tesouro Nacional necessários à contratação de operação na forma da Resolução nº 2.471/98, do Conselho Monetário Nacional, relacionada com dívidas contradas com recursos de outras fontes, dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; MP nº 78/02, autoriza o Poder Executivo a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate à febre aftosa; MP nº 81/02, abre crédito extraordinário em favor de encargos financeiros da União e refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, no valor global de R\$ 17,84 bilhões.

COMISSÕES

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: entre outras matérias, PLS nº 151/02, altera os artigos 302 e 303 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) a fim de adequar penas aplicáveis a crimes de trânsito às previstas no Código Penal para crimes da mesma natureza daqueles; PLS nº 596/99, dispõe sobre o controle social dos atos de gestão da administração pública empreendidos ou descentralizados no âmbito estadual ou municipal, através de programas federais, e assegura o livre acesso dos cidadãos às informações relativas às finanças públicas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

11h — Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: requerimentos do senador Ney Suassuna solicitando informações aos presidentes do BNDES, Carlos Lessa; da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa; e ao diretor-geral da Aneel, José Mário Miranda Abdo, com vistas a apurar a extensão da crise no setor energético; e requerimentos dos senadores Luiz Otávio e Eurípedes Camargo solicitando, respectivamente, informações ao presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Eduardo Levi Mattoso, sobre os atos praticados em decorrência da MP nº 2.155/01, que criou a Empresa Gestora de Atividades (Emgea), com a finalidade de adquirir bens e direitos da União e de suas instituições financeiras; e convidando o ministro da Controladoria Geral da União, Francisco Waldir Pires de Souza, para discorrer sobre a área de atuação da controladoria. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Mesa: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Indicação de embaixadores aprovada pela CRE

José Maurício Bustani deverá exercer o cargo no Reino Unido e Luiz Augusto de Araújo Castro, no México. Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vai agora ao Plenário do Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação dos diplomatas José Maurício de Figueiredo Bustani, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino Unido, e de Luiz Augusto Saint-Bresson de Araújo Castro, para chefiar a embaixada no México. A decisão da CRE precisa ser referendada pelo Plenário do Senado.

Ao falar aos integrantes da comissão, Bustani fez questão de agradecer o apoio que recebeu, no ano passado, quando pressões lideradas pelos Estados Unidos forçaram sua saída da presidência da Organização Internacional para a Proibição das Armas Químicas (Opaq).

— Depois de ficar um ano sem exercer função no Itamaraty, estou agradecido ao presidente Lula por esta indicação. Em Londres, pretendo seguir à risca sua diretiva de trabalhar para tornar o Brasil uma voz mais atuante na cena internacional, com peso compa-

tível ao seu tamanho geográfico e população, bem como ao seu desempenho dinâmico na diplomacia — disse.

Bustani observou que Brasil e Reino Unido defendem pontos divergentes em relação à crise do Iraque, mas estão unidos na defesa do Mercosul e de sua cooperação estreita com a União Europeia. Os dois países querem uma globalização menos perversa, que dê oportunidades a todos países de desenvolverem suas potencialidades, explicou. De acordo com Bustani, o diplomata teve, do governo Tony Blair, total colaboração durante os anos em que exerceu a presidência da Opaq.

Bustani fez, de manhã, uma visita de cortesia ao presidente do Senado, José Sarney, quando defendeu a possibilidade de solução pacífica para o problema do Iraque.

— Os relatórios dos inspetores da ONU indicam que há alguma cooperação de parte do Iraque. Enquanto houver cooperação, sem-

pre há possibilidade de uma solução pacífica. O ideal seria evitar um confronto militar, que teria consequências muito dramáticas para todos os países, e em particular para o nosso Brasil — afirmou.

MÉXICO

Para o diplomata Luiz Augusto de Araújo Castro, as relações entre México e Brasil são tímidas em comparação ao potencial que têm. Ele lembrou diretiva do presidente Lula de buscar o estreitamento das relações com países em desenvolvimento que sejam líderes de suas regiões, como África do Sul, China, Índia, México e Rússia.

Araújo Castro lembrou que a partir de 1º de janeiro de 2004 o Brasil substituirá o México no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A CRE aprovou, ainda, o nome da diplomata Vera Pedrosa Martins de Almeida para exercer, cumulativamente ao seu atual cargo de embaixadora junto ao Reino da Dinamarca, a posição de embaixadora junto à República da Lituânia.

Marina disse a Sarney que está empenhada na aprovação do acordo Brasil-Alemanha



Geraldo Magela

Marina e Sarney falam sobre meio ambiente

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, acompanhada do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A ministra conversou com Sarney sobre algumas matérias de interesse de sua área em tramitação no Congresso Nacional.

A ministra disse a Sarney que está empenhada na aprovação do acordo entre Brasil e Alemanha, cuja votação é atribuição do Senado. O acordo viabilizará recursos

para o Ministério do Meio Ambiente, a serem empregados em programas de política florestal.

— Essa medida seria muito útil para enfrentar problemas sérios, como os incêndios em Roraima. Poderíamos ter cerca de R\$ 50 milhões ao ano para investimentos em outras alternativas de desenvolvimento que não impliquem derrubar a mata e tocar fogo, inclusive a implantação de sistemas agroflorestais e o manejo sustentado de recursos florestais.



Márcio Kolumbe

Senadores aprovaram propostas para que Dilma Rousseff (Minas e Energia) e Anderson Adauto (Transportes) compareçam à comissão

Ministros irão à CI para apresentar seus planos

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto Pereira, e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, deverão comparecer à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para debater suas propostas, conforme requerimentos da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) aprovados ontem pela comissão. Também foi acolhido requerimento do seu presidente, senador José Jorge (PFL-PE), que propõe a realização de sessão conjunta com a Comissão de Educação para ouvir o ministro das Comunicações, Miro Teixeira.

A CI aprovou ainda substitutivo da senadora Heloísa Helena (PT-AL) a projeto da Câmara que estabelece a obrigatoriedade da

construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais. A matéria será agora submetida ao Plenário.

A CI aprovou projeto da Câmara que inclui os seguintes trechos da malha ferroviária federal no Plano Nacional de Viação: entroncamento com a EF-116 (Bom Jesus da Lapa-Correntina-Barreiras-Dianópolis-Porto Nacional); entroncamento com a Ferrovia Norte-Sul; e entroncamento com a EF-445 (Ubaitaba-BA) e Ferrovia do Canal do Tráfego, entre o Pólo Petroquímico de Camaçari (BA) e o Porto de Aratu (BA). A decisão também irá a Plenário.

Mozarildo pede mais cuidado com educação indígena

Baseado no Censo de 2000, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reconheceu ontem que aumentou o acesso dos jovens à educação básica e que o país está muito próximo da universalização do ensino, mas sustentou que o Brasil continua sendo uma sociedade com profundas marcas do passado colonial.

De acordo com o parlamentar, a taxa de analfabetismo entre crianças em idade escolar, dos 10 aos 14 anos, é de 3% entre os que se declararam brancos, passa para 8,5% dos pardos, 9,9% dos negros, até chegar a 19,8% entre os indígenas. Como os números, para ele, reproduzem a velha ordem social do Brasil-Colônia, Mozarildo indagou se o Brasil está condenado a repeti-los eternamente.

Em sua opinião, a educação indígena, fundamental para Roraima, devia receber maior atenção do Ministério da Educação, como ocorreu em relação aos afro-descendentes no fim do governo FHC.



Mozarildo vê resquícios do Brasil-Colônia

Rosairel Pinheiro

Jucá critica decreto dos pneus velhos

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou ontem, da tribuna, que, como presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), irá apresentar requerimento convidando a ministra do Meio Ambiente, a senadora licenciada Marina Silva, a falar sobre o decreto governamental que liberou a cobrança de multa para a importação de pneus recauchutados. Jucá tomou conhecimento do decreto pela revista *Época*, na reportagem "Pátria do pneu velho", de que pediu a transcrição nos Anais.

A liberação da cobrança, segundo Jucá, "significa que o Brasil passa a ser o maior importador de pneus velhos do mundo". A decisão do novo governo, disse o senador, atendeu a uma decisão imposta pelo Tribunal Arbitral do Mercosul, já que a maior parte desses pneus, segundo ele, entra no país pelo Uruguai. "Fica meu protesto à decisão política do novo governo de liberar a importação de pneus velhos, recauchutados, lixo ambiental para o nosso país", finalizou.



Jucá protestou contra a decisão tomada pelo governo

Rosairel Pinheiro

Paim elogia jornal por editorial sobre racismo

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem a publicação de editorial do *Correio Braziliense* com o título "Lição contra o racismo". No editorial, o senador é elogiado por ter feito denúncia na tribuna do Senado de que o livro *Banzo, Tronco & Senzala* dissemina o racismo.



Paim foi citado pelo editorial do jornal Correio Braziliense

Célio Azevedo

A iniciativa de Paim fez com que a editora Harbra retirasse do mercado milhares de exemplares que circulavam havia quatro anos em Brasília. Ele cumprimentou o jornal pelo "editorial preciso sobre a caminhada do povo negro na luta contra a discriminação".

Malta cobra votação de projetos sobre segurança

O senador Magno Malta (PL-ES) pediu ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e ao líder do PT na Casa, senador Tião Viana (AC), que intercedam junto ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, para que os projetos sugeridos pela Comissão Mista de Segurança Pública, e já aprovados em dois turnos no Senado, sejam apreciados o mais rápido possível pela Câmara.

— Se esses projetos não entram na pauta da Câmara até a próxima semana, vou tirar meu paletó e gravata, colocar uma calça *jeans*, pegar cópia das matérias e ir para o portão da casa do presidente (Palácio da Alvorada). Eu sei que o presidente Lula (Luiz Inácio Lula da Silva) está com dificuldades para atender agora. Vou sentar na calçada, esperar ele passar, dar com a mão e dizer que a resposta para os problemas de segurança que o país enfrenta está na aprovação desses projetos — afirmou.

Entre as matérias que estão na Câmara e que o senador quer ver aprovadas estão os projetos que ampliam as penas para quem co-



Malta quer logo exame de matérias pela Câmara dos Deputados

meter crime relacionado ao narcotráfico, lavagem de dinheiro e crime organizado. Magno Malta também defendeu uma revisão no Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação de um corpo de elite para a guarda dos presídios federais que o governo pretende implantar.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) comprometeu-se em apoiar as iniciativas que forem tomadas no sentido de um maior controle das ações do Judiciário. Ela disse que, apesar de existirem muitos juízes honestos, alguns “estão comprometidos até o fundo do poço”. Já o senador Demóstenes Torres (PFL-GO) opinou que o grande problema do Brasil é a impunidade.

Também favorável ao controle externo do Judiciário, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou que prefeitos, governadores e presidente da República submetem-se ao controle do Legislativo, dos tribunais de contas e do povo. Ele ressaltou que os parlamentares, além de serem avaliados através do voto, podem ser cassados.

Paulo Octávio é contra presídio de segurança máxima no DF

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) manifestou-se ontem contrário à idéia de se instalar um presídio de segurança máxima no Distrito Federal. Ele recebeu em seu gabinete uma comissão de juízes titulares de varas de execução penal preocupados com a possível construção do estabelecimento penal em Brasília.

— Julgo absolutamente equivocada qualquer proposta que preveja a instalação de presídios em áreas densamente povoadas. Os presídios, sobretudo os de segurança máxima, devem ser construídos em locais isolados.

De acordo com o parlamentar, fatos recentes demonstram que a existência desses estabelecimentos em grandes cidades é altamente perniciosa para a sociedade.



Paulo Octávio pediu ao governo que desautorize construção

Como exemplo, ele citou os transtornos ocorridos no Rio de Janeiro, supostamente comandados dentro dos muros do complexo penitenciário de Bangu.

Os juízes que estiveram em seu gabinete, segundo o senador, mostraram-se preocupados com a possível transferência de chefes de facções criminosas para o Distrito Federal. Eles também argumentaram que Brasília abriga inúmeras autoridades nacionais, além de representações diplomáticas estrangeiras, o que tornaria imprevisíveis as conseqüências da vinda de condenados para a cidade.

Paulo Octávio apelou ao governo para que desautorize qualquer iniciativa relacionada com a transferência de delinquentes para Brasília.

Indicados para diretorias do BC têm parecer favorável

Mensagens do Executivo aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos serão submetidas à deliberação do Plenário

Após quatro horas de sabatina, os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem, por unanimidade, pareceres do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) favoráveis aos nomes indicados pelo Executivo para três diretorias do Banco Central. As mensagens serão submetidas ao Plenário.

Paulo Sérgio Cavalheiro, indicado para a Diretoria de Fiscalização, e João Antonio Fleury Teixeira, para a Diretoria de Administração, pertencem aos quadros da instituição. Luiz Augusto de Oliveira Candiota, escolhido para a Diretoria de Política Monetária, é oriundo da iniciativa privada. Em resposta a intervenção do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ele informou que não possui ações de bancos.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), acompanhado de



Antes da votação, os três escolhidos para diretores do BC foram sabatinados pelos senadores da CAE

Efraim Morais (PFL-PB), quis saber sobre a autonomia do BC. Conforme os diretores indicados, trata-se de um projeto do governo a ser discutido no Congresso. Segundo eles, os países que adotaram esse modelo conseguiram reduzir as taxas de juros.

A montagem de um cadastro único de correntistas, mencionada pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já está sendo estudada pelo BC, de acordo com Cavalheiro. Em resposta a Almeida Lima (PDT-SE), ele afirmou que o banco deve

intensificar o exame dos controles internos das instituições financeiras para prevenir a lavagem de dinheiro.

A redução dos *spreads* bancários, considerados muito elevados no Brasil, como observaram Fernando Bezerra (PTB-RN) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), depende, na visão de Cavalheiro, de uma atualização da Lei de Falências e Concordatas.

João Antonio Fleury Teixeira pediu o apoio para novo plano de cargos e salários da instituição. Ele disse que o Banco Central perdeu nos últimos dois anos 150 técnicos para a iniciativa privada e o setor público. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que a Advocacia Geral da União levou vários desses técnicos. Por sua vez, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) alertou que o momento não é propício para se discutir aumento salarial.

Dívida baiana pode ganhar novo prazo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à repactuação de dívida do estado da Bahia no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, que envolve um montante global de R\$ 91,6 milhões. A comissão aprovou também requerimento de urgência para votação da matéria.

O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), afirmou que o proje-

to acolhido, de autoria do senador César Borges (PFL-BA), é de grande importância, uma vez que a prorrogação do prazo para pagamento dessa dívida atenderá a um grande número de produtores rurais beneficiários do programa.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), apoiou a ampliação do prazo para o pagamento da dívida. Ele destacou que as condições de pagamento ficam mantidas, mudando

apenas o prazo para a quitação. Mercadante lembrou ainda a importância de se dar estímulo à produção de cacau, um setor da economia que passou por grandes dificuldades ao enfrentar a praga vassoura-de-bruxa.

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, expressou o apoio de seu partido à proposta. O senador Magno Malta (PL-ES) também defendeu a aprovação da matéria.

Bird deve emprestar US\$ 500,5 mi ao Brasil

Autorização para que o Brasil contrate junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) empréstimo no valor equivalente a US\$ 505,5 milhões foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter de urgência. Os recursos devem ser usados na área de desenvolvimento humano e são parte do Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro relativo ao Desenvolvimento Humano.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que apresentou parecer favorável, destacou especial-

mente o baixo custo da operação: aproximadamente 2% ao ano. Ele informou que o empréstimo será concedido em reconhecimento às reformas já empreendidas pelo governo brasileiro, assim como as que serão implementadas com vistas à promoção do desenvolvimento humano. Dependendo do futuro dessas reformas, observou o senador, o Bird poderá conceder dois outros empréstimos de igual valor.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, afirmou que o projeto é de interesse do Brasil e apresentou requerimento

de urgência na tramitação da matéria, que foi aprovado. Segundo Mercadante, o país tem conseguido substancial melhora em suas transações internacionais.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), e o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apoiaram a aprovação do empréstimo. O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), destacou ter posto a proposta em votação como pauta extra por sua importância, especialmente pelos baixos juros praticados pelo Bird nesse caso. A matéria agora deverá ser examinada pelo Plenário.

Palocci: "Brasil está hoje mais preparado"

Para o ministro da Fazenda, país não será tão penalizado numa eventual guerra envolvendo Estados Unidos e Iraque. "Desde a eleição do presidente Lula, o risco Brasil caiu muito", afirmou ele durante audiência pública na CAE

Na exposição inicial que fez ontem na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, garantiu que o Brasil "está hoje mais preparado" para enfrentar os efeitos de uma eventual guerra envolvendo Estados Unidos e Iraque.

— Desde a eleição do presidente Lula o risco Brasil caiu muito. Isso mostra que estamos no caminho certo e há mais confiança dos investidores no Brasil. O país não será tão penalizado numa possível guerra no Iraque — disse, admitindo, no entanto, que "turbulências devem ocorrer" internamente como na economia mundial.

O que eleva a taxa de juros, de acordo com o ministro, "é o risco Brasil, e não a taxa Selic" (taxa básica dos juros pagos pelos títulos públicos comprados pelos bancos). Ele afirmou que o governo tem estudos mostrando isso. Com a afirmação, o ministro rebateu críticas feitas nas duas vezes em que o governo Lula elevou a taxa de juros.

Palocci insistiu que o governo não abrirá mão de combater a inflação e manter superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (sobra em caixa antes do pagamento dos juros). Só agindo assim, explicou, investidores acreditarão mais no país e o governo terá condições de reduzir juros.

— O objetivo do governo é sair da armadilha da dívida pública, reduzindo os gastos com juros para

tornar possível um crescimento sustentado, com inflação baixa. Fazendo isso, entraremos em um ciclo virtuoso de crescimento. Crescimento sim, mas com redistribuição de renda.

Palocci sustentou que, se já em 1995 o governo Fernando Henrique Cardoso tivesse elevado o superávit primário para 3,2% do PIB, a dívida pública não teria pulado de 30% para os atuais 56% do Produto Interno Bruto. Ele prevê que, se o governo mantiver o superávit primário de 4,25%, a dívida pública poderá cair de 56% para 32,2% em 2011, numa hipótese otimista. Na previsão mais pessimista, mantido o superávit o peso da dívida cairá para 38% daqui a nove anos, disse.

Antonio Palocci ponderou que

essa é a primeira vez que o governo decidiu fazer "um severo ajuste" em suas contas sem aumentar impostos para a população.

— O presidente Lula decidiu que o aperto agora teria de ser feito pelo governo e, por isso, foi feito o contingenciamento de R\$ 14 bilhões no Orçamento — afirmou.

As reformas tributária e previdenciária foram apontadas como fundamentais no ajuste fiscal. Ele rebateu a afirmação de que os gastos com a previdência do funcionalismo seriam "muito menores" se o Estado pagasse sua parte na contribuição previdenciária, como nas empresas privadas. Segundo ele, os gastos da União, estados e prefeituras se reduziram dos R\$ 54 bilhões previstos para este ano para R\$ 40 bilhões.



Antonio Palocci (segundo, à esquerda) e Guido Mantega (D) chegam à CAE acompanhados pelos senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante



Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos ouviram e interrogaram Palocci e Mantega sobre política de juros, inflação e dívida pública

Virgílio questiona continuidade da política econômica

Indagado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) sobre uma suposta continuidade da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, Antonio Palocci afirmou que tem muita tranquilidade para admitir os próprios erros, mas também quer discutir os erros do passado para evitar repeti-los e até para poder receber as críticas.

— É preciso corrigir os erros do passado, mas não para condenar pessoas que trabalharam pelo país. Reconheço o esforço feito pela estabilidade econômica, mas a nossa política não é repetição da anterior — afirmou durante debate na CAE.

Palocci explicou que qualquer política econômica tem de ser baseada no combate à inflação e que controle fiscal se aprende com as donas-de-casa. Ele disse que o úl-

timo governo "gastou mais do que arrecadou" e acrescentou que a atual administração está fazendo diferente, exemplificando com o corte feito no Orçamento deste ano.

— O contingenciamento não foi feito com aumento de impostos, como fez o governo passado, impondo à sociedade o custo do ajuste fiscal — ressaltou.

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse a Artur Virgílio que a impressão de haver uma continuidade da política econômica pode estar existindo porque as diferenças ainda não apareceram, ou o governo "ainda não conseguiu explicitá-las". Mantega lembrou que o governo sempre assegurou que administraria o Orçamento com responsabilidade fiscal e que a diferença está na mudança de conduta do Estado.

Para Mantega, juros são os maiores vilões

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, classificou os juros nominais pagos pelo Brasil como os grandes vilões das contas públicas brasileiras. Ele lembrou que essa modalidade de juros no Brasil passou de R\$ 20 bilhões, em 1997, a R\$ 118 bilhões em 2002, o que representa 8,9% do PIB. Mantega acrescentou que as despesas com pessoal no mesmo período passaram de R\$ 41 bilhões para R\$ 73 bilhões, com previsão de aumento para R\$ 78 bilhões em 2003.

— As receitas têm aumentado, mas as despesas aumentam de forma muito mais significativa — acrescentou.

As despesas com a Previdência Social aumentaram de R\$ 47 bilhões para R\$ 88 bilhões em 2002, com

estimativa de gastos de R\$ 105 bilhões em 2003. Guido Mantega explicou que, face ao aumento das despesas, foi necessário o contingenciamento de R\$ 14 bilhões no Orçamento Geral da União no mês passado. O ministro explicou que, além dos aumentos de despesas com juros, pessoal e Previdência, houve ainda a necessidade de aumento do superávit primário.

— As receitas aumentaram apenas R\$ 2,1 bilhões, enquanto as despesas aumentaram R\$ 16,2 bilhões — disse.

O ministro acrescentou que o contingenciamento teve alguns aspectos mais dramáticos porque 91% do Orçamento são de despesas protegidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias ou pela Constituição, como educação, saúde,

ciência e tecnologia. "Devido a isso, apenas cerca de 10% das despesas foram contingenciadas", explicou Mantega.

A saída foi contingenciar apenas a parte de custeio dos projetos, reduzindo ao máximo os custos burocráticos de implantação e melhorando a eficiência.

— Por exemplo, uma obra de ampliação do Aeroporto de Guarulhos foi inicialmente orçada em R\$ 907,2 milhões. Com a maior eficiência e redução dos gastos de custeio, conseguimos uma redução de 40,3%, com a obra passando a custar R\$ 541,6 milhões — disse.

O ministro do Planejamento calcula que seja possível reduzir gastos correntes em R\$ 14 bilhões, ou de 10% a 30% do Orçamento Geral da União.

Mercadante defende pacto para implementar mudanças no país

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), conclamou os Poderes Legislativo e Executivo a encontrarem um caminho pactuado para implementar mudanças necessárias ao país.

— A pauta deve ser crescer, gerar emprego, distribuir renda e gerar inclusão social — afirmou, durante audiência pública com os ministros Antonio Palocci e Guido Mantega.

O senador sugeriu uma agenda política voltada "para se pensar o Brasil para a frente", incluindo a votação das reformas tributária e da Previdência e a busca de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina que valorize a produção e promova a

inclusão social.

Já o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) questionou Mantega sobre a estratégia do governo para destacar recursos para investimentos em infra-estrutura, principalmente em energia, no Plano Plurianual (PPA) 2004/2007, a ser encaminhado até o final de agosto ao Legislativo. O ministro admitiu que um "ponto de estrangulamento" no plano é a escassez de recursos para investimentos, não só em energia, mas também em siderurgia.

— Temos que armar uma estratégia para alavancar investimentos, com a mobilização de poupança dos bancos públicos e de crédito privado — declarou Mantega.

Suplicy destaca pacote do governo federal para coibir trabalho escravo

Uma das medidas, expostas ao Plenário pelo senador, vai proibir a obtenção de linhas de crédito nos bancos oficiais pelos fazendeiros que exploram mão-de-obra



Demóstenes Torres informou que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no país

Demóstenes quer pena maior para agressor doméstico

O senador Demóstenes Torres (PFL-GO) apresentou ontem projeto de lei aumentando as penas previstas para crimes de homicídio ou lesão corporal, quando forem praticados por cônjuge, irmão, companheiro ou qualquer pessoa que tenha relações de coabitação com a vítima. No primeiro caso, a pena passa dos atuais seis a 20 anos de reclusão, para 12 a 30 anos. No caso de lesão corporal, a pena será de um a cinco anos de prisão. A proposta modifica o Código Penal vigente.

Ele citou estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU) mostrando que um em cada cinco dias de falta ao trabalho é decorrente da violência sofrida pelas mulheres em suas residências. A mesma fonte informa que a vítima da violência doméstica perde um ano de vida saudável a cada cinco anos de sistemática agressão.

Demóstenes afirmou que a violência doméstica na América Latina atinge quase 50% das mulheres, a um custo econômico de US\$ 200 bilhões, algo como 16% do Produto Interno Bruto (PIB) latino-americano. "No Brasil, 25% das mulheres são vítimas de violência doméstica, com apenas 2% dos casos recebendo punição do agressor. A cada 15 segundos, uma mulher é espancada no país", destacou.

Para o senador por Goiás, o aumento da pena se justifica pelo fato de o agressor, na condição privilegiada de coabitação, "dispor de conhecimento dos hábitos da vítima, tais como seus medos, fraquezas e inseguranças".

June de Araújo

Ao comentar as medidas que o governo federal anunciou para coibir o trabalho escravo no Brasil, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou ontem a iniciativa que proíbe fazendeiros exploradores de trabalho escravo de terem acesso a crédito nos bancos oficiais.

O senador explicou que estarão vetadas as linhas de crédito concedidas pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras oficiais.

Suplicy informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está recomendando que a Câmara dos Deputados aprove proposta de emenda à Constituição (PEC) do ex-senador Ademir Andrade que permite a expropriação de terras onde se verificar a prática de tra-

balho escravo, sem indenização ao dono da terra. O senador adiantou que o ministro do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, defende que as terras sejam destinadas ao assentamento das famílias que estavam sendo vítimas do trabalho escravo.

Outra novidade apresentada por Suplicy é a criação de um cadastro de inadimplência social, com relação de todos os proprietários de terra inadimplentes com as obrigações sociais devidas aos trabalhadores assentados.

O senador citou seu projeto de renda básica de cidadania como medida eficaz para ajudar a coibir o trabalho escravo. Aprovado no Senado, o texto aguarda deliberação na Câmara. "Apóio as medidas que o presidente Lula está anunciando, mas quero reiterar



Para Suplicy, projeto de renda básica da cidadania ajudaria a combater o trabalho escravo

como será importante a instituição de uma renda básica que efetivamente dará ao trabalhador muito maior grau de liberdade, de opção e de dignidade, constituindo-se num instrumento vital para que se extinga essa prática no país", disse Suplicy.

Ana Júlia lamenta casos registrados no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) saudou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, lançado ontem à tarde no Palácio do Planalto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com a parlamentar, o Pará detém o "triste título de campeão do trabalho escravo no Brasil".

Ana Júlia Carepa exemplificou que, em 2002, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou 148 casos



Senadora lamentou que Pará seja campeão de trabalho escravo

Rosevelt Pinheiro

de trabalho escravo, dos quais 117 no Pará. Dos 5.665 trabalhadores envolvidos, 4.333 estavam no estado. Segundo ela, o próprio Ministério do Trabalho estima que ainda existem 25 mil trabalhadores submetidos a exploração. O plano terá o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A senadora pediu o apoio dos parlamentares para a aprovação de iniciativas legislativas que visam

coibir a prática do trabalho escravo. Ela contou 18 proposições em tramitação no Congresso, destacando a PEC do ex-senador Ademir Andrade (*ver matéria acima*).

Ana Júlia comunicou a realização de um ato público em Marabá (PA) para que a Vale do Rio Doce construa no estado a usina siderúrgica planejada. "Apesar do ferro e do buraco (da mina) ficarem no Pará, a Vale quer fazer a siderúrgica no Maranhão", disse. Em aparte, o senador João Alberto Souza (PMDB-PA) afirmou que a decisão de implantá-la no Maranhão é "eminentemente técnica".

Juízes trazem sugestões sobre reforma

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, do ministro Francisco Fausto, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), e do desembargador Cláudio Baldino Maciel, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a sugestão para "fatiar" a reforma do Judiciário, tentando aprovar de imediato os pontos consensuais, como a implantação da Escola Nacional de Magistratura, deixando para votação ao longo do ano as questões polêmicas, como a proposta que dá ao Supremo Tribunal Federal (STF), mediante decisão de dois terços de seus membros, di-



Presidente José Sarney recebeu representantes do Poder Judiciário, que trouxeram sugestões sobre a tramitação do projeto de reforma do setor

reito de aprovar súmula com efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e a todos os níveis da administração pública.

"Somos contrários à súmula,

porque ela resolve o abarrotamento, mas congela a jurisprudência", afirmou o presidente da AMB, para quem seria melhor encontrar outros meios de melhorar o fluxo processual.

Saturnino aplaude decisão do governo sobre TV digital

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) elogiou a decisão do governo federal de não importar tecnologia digital "já pronta" para transmissão e recepção de sons e imagens (TV). "Isso é uma posição política de grande repercussão econômica e social", afirmou, observando que essa postura demonstra a preocupação do novo governo com o desenvolvimento do país.

Conforme adiantou, estaria sendo estudada a criação de uma tecnologia nacional ou em parceria com países com potencial de desenvolvimento próximo ao do Brasil, como China ou Índia, que pode resultar, segundo Saturnino, em "enorme volume" de negócios, impulsionadores da geração de emprego e renda, do avanço tecnológico e de receitas de exportação.

Mozarildo pede votação de PEC sobre reservas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ontem a votação de sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que submete à deliberação do Senado as demarcações de reservas ecológicas e indígenas pretendidas pelo governo federal, para evitar a repetição de "situações absurdas" como a de Roraima, onde apenas 12% do território não são parte de alguma reserva.

Mozarildo afirmou ainda que a Funai tem incentivado a cisão entre as diversas etnias indígenas da região compreendida pela Serra do Sol e Raposa. Ele disse que as duas áreas estão distantes uma da outra, mas a Funai e as organizações não-governamentais referem-se às duas como sendo apenas uma região.

Viana elogia ECT por abrir agência em Santa Rosa

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), elogiou ontem a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), pela "sensibilidade para trabalhar pela integração regional e inclusão social, sem esquecer que o Brasil verdadeiro também está em seus cantos esquecidos", ao abrir uma agência no município de Santa Rosa (AC), apesar de a comunidade ter apenas 2 mil habitantes, quase todos de origem indígena.

Para o senador Tião Viana, foi a decisão do presidente dos Correios, Airton Dipp, de dotar o posto até de Internet que colocou Santa Rosa no mapa, levando a Fundação Bradesco a abrir uma agência bancária no município acreeano, que antes somente tinha acesso a outras localidades por avião ou longa viagem de barco.

Duarte quer universidade no Vale do Cariri

Com base em relatório do senador José Jorge (PFL-PE) sobre indicação de Reginaldo Duarte (PSDB-CE), a Comissão de Educação (CE) decidiu ontem desenvolver estudos sobre a criação de uma universidade federal no Vale do Cariri, no Ceará. Reginaldo considera fundamental expandir a oferta do ensino superior para o desenvolvimento da região, que tem cerca de 850 mil habitantes.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) avaliou que, em vez de criar universidade federal, possa ser sugerida a criação de um campus avançado na região do Cariri, vinculado a instituições existentes no estado. Diante da sugestão de Hélio Costa, o presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), nomeou o senador por Minas Gerais como relator do estudo solicitado pela indicação de Reginaldo Duarte. Sérgio Cabral (PMDB-RJ) recomendou que a solução a ser adotada atenda à carência do Ceará com o máximo de praticidade, mas com o mínimo de impacto para os cofres públicos.

Flávio Arns (PT-PR) pediu que a CE solicite informações ao Ministério da Educação sobre a necessidade de expansão do ensino superior federal e sobre o modelo que o governo pretende adotar.

Conselho de Comunicação é tema de debate

A Comissão de Educação aprovou requerimento dos senadores pelo PT Flávio Arns (PR), Ideli Salvati (SC) e Fátima Cleide (RO) solicitando que o presidente do Conselho de Comunicação Social (CCS), José Paulo Cavalcanti Filho, seja convidado para audiência pública na comissão a fim de esclarecer a relação do conselho com a CE. Para os autores do requerimento, ainda não há clareza acerca das funções do CCS e como, na função de assessoramento do Congresso, aquele colegiado pode contribuir com a CE em questões relativas ao sistema de comunicação e telecomunicação.

— Essa é uma oportunidade para que a comissão possa conhecer melhor as atividades realizadas pelo conselho e definir de maneira mais precisa seu papel — afirmou Fátima Cleide.

Cinco ministros são convidados para audiências na Comissão de Educação

Cristovam Buarque, Gilberto Gil, Roberto Amaral, Miro Teixeira e Agnelo Queiroz deverão prestar esclarecimentos aos senadores sobre ações e planos de suas pastas

Por iniciativa de seu presidente, senador Osmar Dias (PDT-PR), a Comissão de Educação (CE) decidiu ontem convidar os ministros da Cultura, Gilberto Gil; da Educação, Cristovam Buarque; da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; das Comunicações, Miro Teixeira; e do Esporte, Agnelo Queiroz, para prestar esclarecimentos sobre as ações e planos de suas pastas aos senadores da comissão. De acordo com o requerimento, as audiências dos ministros serão feitas individualmente.

— Queremos conhecer os planos do atual governo para cada uma dessas áreas. A CE tem uma diversidade muito grande de as-



Senadores da Comissão de Educação decidiram que as audiências públicas com os ministros serão realizadas individualmente

suntos para tratar e precisa ouvir os ministros a fim de trabalhar não apenas em sintonia com eles, mas às vezes até contestando as suas

políticas — afirmou Osmar Dias.

Por sugestão do senador José Jorge (PFL-PE), presidente da Comissão de Serviços de Infra-

Fotos: Jone de Araújo

Estrutura (CI), os senadores da CE aprovaram a realização de audiência conjunta com a CI para ouvir o ministro das Comunicações. José Jorge argumentou que as duas comissões têm assuntos a tratar com o ministro e ele acredita que uma audiência conjunta será mais proveitosa.

O senador Flávio Arns (PT-PR) anunciou que Cristovam Buarque se manifestou disponível para comparecer à Comissão de Educação no dia 1º de abril. Osmar Dias irá consultar a agenda da comissão para entrar em contato com o ministro sobre a data de sua vinda ao Senado. Esse será o procedimento com os demais ministros.

Unesco sugere abertura de escolas nos fins de semana

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Jorge Werthein, visitou na manhã de ontem o presidente da Comissão de Educação (CE), senador Osmar Dias (PDT-PR). Werthein e Osmar Dias se dispuseram a discutir a implementação, em todo o Brasil, da proposta que prevê a abertura das escolas nos fins de semana, como forma de reduzir a criminalidade, principalmente nas comunidades em situação de risco.

Depois da reunião, Osmar Dias destacou que a Unesco tem uma pesquisa apontando que a violência em determinadas comunidades cresce nos fins de semana, exatamente quando os estudantes, especialmente os jovens entre 14 e 25 anos, estão fora das escolas.

— É preciso uma iniciativa que combata a violência nessa faixa etária. Essa experiência

Senadores elogiam medida para combater violência

Diante das informações de Osmar Dias sobre a reunião que teve com o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, os senadores da Comissão de Educação elogiaram a proposta de abertura das escolas nos fins de semana para combater a violência. Os parlamentares também apoiaram a iniciativa de Osmar Dias de regionalizar a atuação da CE e ofereceram seus estados para sediar audiências públicas da comissão.

Apoiada por Fátima Cleide (PT-RO), Ideli Salvati (PT-SC) registrou que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) dispõe de estudos acerca da violência nas escolas.

Gerson Camata (PMDB-ES) ofereceu o Es-



O representante da Unesco, Jorge Werthein (E), conversa com Osmar Dias

pirito Santo para sediar um dos debates da CE. Da mesma maneira, Flávio Arns (PT-PR) sugeriu que uma das audiências seja realizada no Paraná. Na opinião de Demóstenes Torres (PFL-GO), o momento é oportuno para se debater o modelo de escola pública que o país precisa.

João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou que, quando governou o Amapá, implementou um programa com apoio da Unesco chamado "Escola Aberta, Comunidade em Festa", no qual as escolas ficavam abertas nos fins de semana.

Outro a elogiar a proposta de abertura das escolas nos fins de semana foi o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que sugeriu um trabalho com os ministérios dos Esportes, Cultura e Educação e a Secretaria de Segurança Institucional.

Gilberto Gil oferece colaboração ao Congresso Nacional

Em visita ao senador Osmar Dias, presidente da Comissão de Educação (CE), o ministro da Cultura, Gilberto Gil, ofereceu uma colaboração "profunda e consistente" do seu ministério com o Congresso Nacional. Entre as iniciativas comuns, Gil citou a elaboração de um plano nacional de cultura, decenal, que extrapole objetivos de governo e que se torne uma política de Estado.

— Tivemos discussões no sentido de analisar iniciativas e interesses comuns entre o Congresso e o ministério — afirmou Gil à saída da reunião na CE.

O ministro, que também visitou a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, disse que ouviu demandas dos parlamentares, especialmente com relação à lentidão na execução do Projeto Monumenta — programa de recuperação do patrimônio histórico urbano, desenvolvido em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) —, por causa das restrições de execução orçamentária.



O ministro Gilberto Gil visita o presidente da Comissão de Educação

Eduardo apóia prefeitos e condena corte de verbas

Para o senador, a melhor manifestação de parceria do governo com o Congresso deve ser o respeito às emendas parlamentares ao Orçamento

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) solidarizou-se com a Confederação Nacional dos Municípios e com a Frente Nacional dos Prefeitos, que promovem a 6ª Marcha dos Prefeitos a Brasília para discutir com autoridades do governo temas de interesse dos municípios. A principal reivindicação dos prefeitos, destacou o senador, é o fim do contingenciamento das verbas orçamentárias. O senador observou que, com a medida, o governo fez cortes nas emendas dos parlamentares, que, em sua maioria, beneficiavam os municípios.

Em seu discurso, Eduardo lembrou que o presidente Lula, em sua mensagem ao Congresso, disse que quer governar em parceria com o Parlamento. Para o senador, a melhor parceria que o governo pode fazer com o Con-



Eduardo conclamou parlamentares a apoiar a 6ª Marcha dos Prefeitos a Brasília

gresso, "se não quer a subserviência nem a barganha", é respeitar as emendas dos parlamentares na peça orçamentária. O senador afirmou estar otimista já que no governo vários ministros ocuparam o cargo de prefeitos anteriormente e conhecem a realidade dos municípios.

Os prefeitos, afirmou o senador, têm dificuldade de entender por

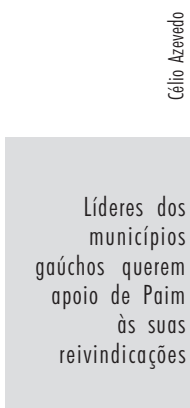
que se fala em excesso de arrecadação e aumento do superávit quando os municípios têm perda de receitas. Eduardo, que também já foi prefeito, disse que compreende as preocupações de seus colegas, já que o prefeito, mais do que os outros políticos, tem o contato direto com o eleitor e a obrigação de cuidar do bem-estar da população. O parlamentar reclamou que foram municipalizados os serviços, mas não os recursos.

Eduardo Siqueira Campos conclamou os parlamentares a darem maior atenção aos prefeitos e a acompanhar a marcha a Brasília, a fim de que ela resulte na liberação de verbas para as prefeituras. O senador recebeu os apertes dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Flávio Arns (PT-PR) e Romeu Tuma (PFL-SP), em solidariedade ao seu discurso.

Centralização gera crise no país, afirma Almeida Lima

O senador Almeida Lima (PDT-SE) defendeu ontem a necessidade de uma reforma política profunda, que elimine da Constituição os dispositivos que sustentam o que ele identifica como "a matriz da crise que o país vive": uma Federação em que estados e municípios não têm poder para decidir com autonomia sobre seus problemas e em que praticamente tudo depende da União e do Congresso Nacional.

Ele anunciou que em breve apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) estabelecendo a descentralização e a institucionalização de regiões e áreas metropolitanas, com suas respectivas competências. O objetivo, explicou Almeida Lima, é submeter a Federação brasileira a um governo central não centralizador.



Líderes dos municípios gaúchos querem apoio de Paim às suas reivindicações

Paim recebe representantes do RS

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem a visita de 66 prefeitos do Rio Grande do Sul. Os encontros com pequenos grupos aconteceram no gabinete da Vice-Presidência ao longo da manhã e do início da tarde. O objetivo das visitas era apresentar reivindicações dos seus municípios.

Paim afirmou que, eleito pelo Rio Grande do Sul, tem como prioridade representar os interesses do estado e, conseqüentemente, do Brasil. Explicou que montará uma equipe suprapartidária para cuidar das reivindicações do Rio Grande do Sul. Lembrando ser da base do governo, mas não ser "o governo", prometeu atuar junto

ao Executivo para atender às demandas dos prefeitos que consideram justas.

Paulo Paim recebeu ainda membros da Associação dos Municípios das Missões (AMM), cujo presidente é o prefeito de Santo Ângelo, José Lima Gonçalves; 20 prefeitos da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa (AMGSR), presidida por Irineu Colato; e mais 21 prefeitos da Associação dos Municípios da Região do Celeiro, que tem como presidente José Alencar Lutz dos Santos. Os representantes dos municípios gaúchos estavam em Brasília para um encontro nacional de prefeitos.

Valadares quer estudo sobre jazidas de minérios de Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs ontem à Petrobras e ao Ministério de Minas e Energia a criação de um grupo técnico para estudar o aproveitamento das jazidas de minérios de Sergipe e a ampliação das atuais fábricas locais de potássio, amônia e uréia.

Sergipe possui a única mina de potássio do Brasil e Valadares sustentou que o estado poderá se transformar num grande produtor de fertilizantes, usando o gás natural extraído pela Petrobras. Ele ressaltou que em uma área de apenas 30 quilômetros de raio



Valadares defende modernizar Pólo Cloroquímico de SE

Diretor do Pólo Cloroquímico de Sergipe, mas o projeto foi adiado. Agora, o modelo do pólo necessita de atualização compatível e o senador propõe, no momento em que se discute a instalação da refinaria no Nordeste, que a Petrobras examine o aproveitamento das grandes jazidas de Sergipe.

Pavan pede agilidade na duplicação da BR-101

Os buracos, acostamentos defeituosos, desníveis de pista e ultrapassagens perigosas tiraram a vida, somente no ano passado, de 116 pessoas no trecho não duplicado da BR-101 que corta Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Ao longo dos

últimos sete anos, foram 914 mortes. Estas estatísticas foram fornecidas pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC), que na tarde de ontem pediu ao governo federal agilidade no início das obras de duplicação do trecho da estrada que liga os municípios de Palhoça (SC)



Em 2002, morreram 116 pessoas na via, lembra Pavan

e Osório (RS). Segundo o senador por Santa Catarina, a obra deveria ter começado em 2001, mas alguns obstáculos ambientais impediram o seu início. Ele acrescentou que, no ano passado, em junho, resolvidos os problemas, os editais foram lançados. Em setembro, porém, prosseguiu Pavan, o Tribunal de Contas da União (TCU) paralisou a concorrência, apontando supostas irregularidades no edital. Depois das alterações feitas, a obra foi liberada em dezembro.

Camata presta homenagem ao ex-senador Dirceu Cardoso

Definindo-o como a chama que por muitos anos "iluminou e deu transparência aos alicerces da política brasileira", o senador Gerson Camata (PMDB-ES) homenageou ontem o ex-senador Dirceu Cardoso, morto no último sábado, em Muqui (ES).

Associaram-se à homenagem os senadores Roberto Saturnino (PT-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e o presidente da Casa, José Sarney.

Sarney disse que Dirceu Cardo-



Para Camata, Cardoso "iluminou a política brasileira"

so foi um dos melhores homens públicos que já passaram pelo Senado, deixando um exemplo de retidão, caráter e trabalho.

Camata mencionou a cruzada do homenageado contra os empréstimos externos contratados por estados e municípios, argumentando que isso acabaria por empobrecer as unidades da Federação. "O raciocínio dele era absolutamente correto", concluiu.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Heráclito Fortes e pela senadora Lúcia Vânia